COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

SUBSTITUTIVO ADOTADO AO PROJETO DE LEI Nº 6.622, DE 2013

(e aos Apensados: PL nº 7.490/2014, PL nº 9.559/2018, PL nº 1.526/2019, PL nº 2.016/2019, PL nº 2.031/2019, PL nº 3.441/2019, PL nº 4.358/2019, PL nº 4.469/2019, PL nº 5.083/2019, PL nº 6.427/2019, PL nº 4.290/2020, PL nº 523/2020, PL nº 64/2020, PL nº 74/2021 e PL nº 3.112/2021)

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para aumentar as penas do crime de ameaça, quando cometido contra a mulher por razões da condição do sexo feminino, e do crime de violência psicológica contra a mulher; e modifica o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para tornar hediondos os crimes de lesão corporal dolosa de natureza gravíssima e lesão corporal seguida de morte, quando praticados contra a mulher por razões da condição do sexo feminino.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para aumentar as penas do crime de ameaça, quando cometido contra a mulher por razões da condição do sexo feminino, e do crime de violência psicológica contra a mulher; e modifica o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para tornar hediondos os crimes de lesão corporal dolosa de natureza gravíssima e lesão corporal seguida de morte, quando praticados contra a mulher por razões da condição do sexo feminino.

Art. 2º O art. 147 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, passa a vigorar com a seguinte redação:

'Art. 147	
Pena	

§ 1º Se a ameaça é cometida contra a mulher por razões da condição do sexo feminino, nos termos do § 2º-A do art. 121 deste Código:

Pena - detenção, de três meses a um ano, e multa.

§ 2º Somente se procede mediante representação." (NR)





Sala da Comissão, em 8 de dezembro de 2021.

Deputado **DR. LUIZ ANTONIO TEIXEIRA JR.**Presidente



